

ING Bank N.V.
(Filial de São Paulo)

CNPJ: 49.336.860/0001-90

**Demonstrações financeiras
Consolidadas do Conglomerado
Prudencial em 30 de junho
de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas - Conglomerado prudencial	4
Balanço patrimonial	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Conglomerado Prudencial) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: No primeiro semestre de 2018 o Conglomerado Prudencial apresentou lucro líquido de R\$ 10 milhões, versus um lucro líquido de R\$ 26 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2017. As demonstrações financeiras individuais encontram-se disponíveis no site do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) na internet, no endereço <http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>.

Em 30 de junho de 2018 o Conglomerado Prudencial possui títulos privados classificados como “mantidos até o vencimento”. Para estes títulos, a administração possui intenção e capacidade financeira para mantê-lo nesta classificação em atendimento a Circular 3.068 do BACEN.

Índice de Basileia: O Conglomerado adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 17%.

Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet, no endereço citado acima.

Agradecimentos: o ING Bank N.V. (Conglomerado Prudencial) agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 29 de agosto de 2018.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brazil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brazil

Tel. +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa n.º 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de

Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 24 de agosto de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860/0001-90
Consolidado Prudencial

BALANÇO PATRIMONIAL
em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

CIRCULANTE	ATIVO		CIRCULANTE	PASSIVO	
	2018	2017		2018	2017
	15.401.155	11.035.283		14.469.189	10.367.764
DISPONIBILIDADES	40.083	40.137	DEPÓSITOS	1.601.234	1.198.009
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	3.466.279	954.224	Depósitos à vista	319	1.375
Aplicações no mercado aberto	3.316.266	853.999	Depósitos interfinanceiros	139.011	32.869
Aplicações em depósitos interfinanceiros	150.013	100.225	Depósitos a prazo	1.461.904	1.163.765
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	879.470	918.663	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	27.824	75.217
Carteira própria	1.281	294.414	Recursos em trânsito de terceiros	27.824	75.217
Vinculados à recompra de títulos	1.266	8.918	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	4.137.244	2.258.895
Vinculados à prestação de garantias	392.426	539.834	Empréstimos no exterior	4.137.244	2.258.895
Instrumentos financeiros derivativos	484.497	75.497	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	313.229	191.820
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.258	1.634	Instrumentos financeiros derivativos	313.229	191.820
Créditos vinculados:			OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.389.658	6.643.823
Depósitos no Banco Central do Brasil	1.197	1.517	Carteira de câmbio	8.314.527	6.574.642
Correspondentes	61	117	Fiscais e previdenciárias	10.458	30.584
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	310.825	324.560	Negociação e intermediação de valores	92	1.407
Operações de crédito - setor privado	26.356	403.106	Diversas	51.366	37.190
Financiamentos - setor privado	287.602	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.185.286	622.973
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	(3.133)	(78.546)	DEPÓSITOS	558.474	44.045
OUTROS CRÉDITOS	10.702.903	8.795.561	Depósitos a prazo	558.474	44.045
Carteira de câmbio	10.690.329	8.764.130	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	194.530	235.987
Rendas a receber	1.750	1.354	Empréstimos no exterior	194.530	235.987
Negociação e intermediação de valores	1.505	-	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	29.464	6.044
Diversos	46.508	56.404	Instrumentos financeiros derivativos	29.464	6.044
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	(37.189)	(26.327)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	402.818	336.897
OUTROS VALORES E BENS	337	504	Carteira de câmbio	322.978	227.962
Despesas antecipadas	337	504	Fiscais e previdenciárias	929	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.145.107	761.977	Diversas	92.126	108.935
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	271.906	9.735	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	2.814	4.372
Carteira própria	231.810	-	Resultado de exercícios futuros	2.814	4.372
Instrumentos financeiros derivativos	40.096	9.735	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	890.805	804.015
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	294.918	314.997	CAPITAL:		
Operações de crédito - setor privado	101.003	78.618	De domiciliados no exterior	627.602	503.364
Financiamentos - setor privado	194.597	236.379	Reserva de capital	3.513	2.513
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	(682)	-	Reserva de lucros	249.241	273.005
OUTROS CRÉDITOS	578.283	437.245	Lucros acumulados	10.449	25.133
Carteira de câmbio	325.158	225.627			
Diversos	253.125	211.618			
PERMANENTE	1.832	1.864			
INVESTIMENTOS	39	158			
Outros investimentos	39	158			
IMOBILIZADO DE USO	1.772	1.670			
Outras imobilizações de uso	13.149	12.378			
(-) Depreciações acumuladas	(11.377)	(10.708)			
INTANGÍVEL	21	36			
Ativos Intangíveis	385	385			
(-) Amortização acumulada	(364)	(349)			
TOTAL DO ATIVO	16.548.094	11.799.124	TOTAL DO PASSIVO	16.548.094	11.799.124

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860./0001-90

Consolidado Prudencial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	728.635	282.762
Operações de crédito	80.951	30.699
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	151.691	190.252
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	121.608	-
Resultado de operações de câmbio	374.385	61.811
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(687.435)	(208.154)
Operações de captação no mercado	(59.016)	(92.040)
Operações de empréstimos e repasses	(633.555)	20.682
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(154.957)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(115.307)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	120.443	18.161
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	41.200	74.608
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(22.792)	(41.509)
Receitas de Prestação de Serviços	47.179	13.925
Despesas de Pessoal	(26.054)	(22.890)
Outras Despesas Administrativas	(23.102)	(16.067)
Despesas Tributárias	(12.643)	(9.743)
Outras Receitas Operacionais	8.287	19.994
Outras Despesas Operacionais	(16.459)	(26.728)
RESULTADO OPERACIONAL	18.408	33.099
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	15.942
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	18.408	49.041
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(7.959)	(21.551)
Provisão para Imposto de Renda	(1.836)	(13.630)
Provisão para Contribuição Social	(1.478)	(11.008)
Ativo Fiscal Diferido	(4.645)	3.087
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-	(1.035)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	10.449	26.455

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860./0001-90

Consolidado Prudencial

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS			LUCROS/ (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIA		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	503.364	-	2.460	50.476	221.206	-	777.507
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	26.455	26.455
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.322	-	(1.322)	-
Outras Reservas	-	-	53	-	-	-	53
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	503.364	-	2.513	51.798	221.206	25.133	804.015
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	503.364	47.086	3.170	52.124	197.117	-	802.861
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	10.449	10.449
Aumento de capital	124.238	(47.086)	-	-	-	-	77.152
Outras Reservas	-	-	343	-	-	-	343
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	627.602	-	3.513	52.124	197.117	10.449	890.805

ING BANK N.V.
C.N.P.J. 49.336.860/0001-90
Consolidado Prudencial
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2.018	2.017
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre / exercício	(109.295)	45.004
Lucro líquido do semestre/ exercício	10.449	26.455
Depreciações e amortizações	356	335
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(120.443)	18.161
Outras reservas	343	53
Variação de ativos e passivos	2.051.989	(2.675.260)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	177.771	187.630
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	271	(64)
(Aumento) Redução em operações de crédito	4.294	(76.268)
(Aumento) Redução em outros créditos	2.894.309	(3.402.220)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	102	(17)
(Redução) Aumento em depósitos	261.694	(502.273)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	-	(72.036)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos	2.039.297	(2.221.954)
(Redução) Aumento em relações de interdependências	12.639	57.626
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	263.767	(237.963)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(3.602.256)	3.593.863
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	101	(1.584)
Caixa líquido originado em atividades operacionais	1.942.694	(2.630.256)
Atividades de investimento		
Alienação (aquisição) de outros investimentos	1	-
Aquisição (alienação) de imobilizado de uso	(211)	84
Caixa líquido originado em atividades de investimento	(210)	84
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	124.238	-
Juros sobre capital próprio	(47.086)	-
Caixa (aplicado) em atividades de financiamento	77.152	-
Aumento (redução) nos fluxos de caixa	2.019.636	(2.630.172)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.486.726	3.624.533
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	3.506.362	994.361
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	2.019.636	(2.630.172)

1. Contexto operacional

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) e a ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (doravante denominados por “Grupo”) são empresas investidas do ING Bank N.V. de Amsterdã.

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

A ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. tem por objetivo social, entre outras atividades, exercer funções de agente emissor de certificados, intermediar em operações de câmbio, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimento, agir como correspondente de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do CMN e do BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Grupo detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para operações de créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As entidades que fazem parte do conglomerado prudencial revisam essas estimativas e premissas periodicamente.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial das entidades:

<u>Empresas</u>	<u>Atividades</u>
ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)	Instituição líder
ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.	Instituição participante

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, quando aplicável.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Em 30 de junho de 2018 e 2017 o Grupo não possui títulos classificados como disponível para venda.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "*hedge*" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Em 30 de junho de 2018 e 2017, a Filial possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- *Hedge* de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "*hedge*" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Filial não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado era calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais eram: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados estão sendo reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Grupo espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado no período. A majoração da alíquota à 20% aplica-se até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota volta a ser de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes e serão realizados, também, conforme alíquota vigente descrita no parágrafo acima. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério “*pro rata temporis*” para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Filial mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4. Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma integrada, como segue:

Risco de mercado - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.

As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia de “*Value at Risk*” histórico, simulação de *stress*, e limites estabelecidos pela Administração da Filial.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - a exposição decorrente do descasamento de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através de relatórios diários de fluxo de caixa e da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter o perfil de risco de liquidez dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Filial.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede do Grupo, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	40.083	40.137
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>3.466.279</u>	<u>954.224</u>
Total	<u>3.506.362</u>	<u>994.361</u>

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R\$ 3.316.266 (R\$ 853.999 em 2017) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	2018			
	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Valor mercado	Custo Atualizado
Carteira Própria para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	1.281	-	1.281	1.291
	1.281	-	1.281	1.291
Vinculados à Recompra				
Letras do Tesouro Nacional	1.266	-	1.266	1.277
	1.266	-	1.266	1.277
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do Tesouro Nacional	371.848	-	371.848	373.775
Cotas de Fundos de Investimento	20.578	-	20.578	20.578
	392.426	-	392.426	394.353
Total de títulos para negociação	394.973	-	394.973	396.921
Carteira Própria de títulos mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	231.810	231.810	231.810
	-	231.810	231.810	231.810
Total de títulos mantidos até o vencimento	-	231.810	231.810	231.810
TOTAL GERAL	394.973	231.810	626.783	628.731

Títulos e valores mobiliários	2017				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor mercado	Custo Atualizado
Carteira Própria para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	138.446	146.754	9.214	294.414	293.957
	138.446	146.754	9.214	294.414	293.957
Vinculados à Recompra Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	-	8.918	-	8.918	8.914
	-	8.918	-	8.918	8.914
Vinculados à prestação de garantias Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	453.009	86.825	-	539.834	536.608
	453.009	86.825	-	539.834	536.608

O valor de mercado dos títulos classificados para negociação representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Foi constituída provisão para redução ao valor recuperável da carteira de debêntures considerada suficiente pela Administração, que atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A carteira de debêntures encontra-se custodiada em instituição financeira privada. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

7. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração do Grupo, como segue:

Hedge - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;

Negociação - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	2018				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo Atualizado
Ativo - Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	-	-	3.530	3.530	949
- Taxa de juros	852	-	-	852	807
Ativo - Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	265.945	217.700	36.566	520.211	510.803
Totais por faixa de vencimento em 2018	266.797	217.700	40.096	524.593	512.559
Totais por faixa de vencimento em 2017	45.726	29.771	9.735	85.232	91.816
Instrumentos financeiros derivativos	2018				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo Atualizado
Passivo - Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	(46.758)	(96.102)	(30.668)	(173.528)	(174.460)
Passivo - Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	(74.560)	(94.481)	1.204	(167.837)	(162.130)
Outros	(1.328)	-	-	(1.328)	1.328
Totais por faixa de vencimento em 2018	(122.646)	(190.583)	(29.464)	(342.693)	(335.262)
Totais por faixa de vencimento em 2017	(73.015)	(118.805)	(6.044)	(197.864)	(161.230)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

CONTRATOS	2018				
	Futuros	Termo	Swap	Hedge	Total
Negociação					
- Moeda estrangeira	498.777	10.454.735	1.370.038	-	12.323.550
- Taxa de juros	10.874.074	-	227.982	-	11.102.056
Hedge - risco de Mercado					
- Taxa de juros	-	-	-	844.545	844.545
Total 2018	11.372.851	10.454.735	1.598.020	844.545	24.270.151
Total 2017	8.205.671	5.842.855	1.574.696	91.547	15.714.769

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3, foram requeridas margens no valor de R\$ 392.426 (R\$ 539.834 em 2017), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até julho de 2020. Os itens objeto de hedge são representados por operações de crédito (cédula de crédito bancário) e certificados de depósitos bancários, e possuem vencimento em até maio de 2020, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto.

	Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste MTM
Instrumento de hedge			
<i>Futuros - DI</i>	830.782	844.545	13.762
Objeto de hedge			
<i>Operações de crédito</i>	17.610	18.681	1.071
<i>CDB</i>	810.000	825.050	15.050

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no semestre estão demonstrados a seguir:

Contratos	2018	2017
Futuros	(120.025)	(37.788)
Swaps	(202.426)	(8.667)
Termo	444.377	(108.390)
Outros	(318)	(112)
Total	121.608	(154.957)

8. Operações de crédito

Em 30 de junho de 2018 e 2017, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito

Setor Privado	2018	2017
Indústria	532.352	587.248
Comércio	33.361	-
Outros serviços	43.827	130.827
Pessoas físicas	18	28
Total (*)	609.558	718.103

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como hedge accounting no valor de R\$ 147 (R\$ 1.847 em 2017).

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)

Setor Privado	2018	2017
Indústria	1.374.701	985.338
Comércio	608.394	936.850
Outros serviços	133.522	204.187
Total	2.116.617	2.126.375

b) Nível de risco

Nível de Risco	%	Valor da provisão		Valor da Carteira	
		2018	2017	2018	2017
AA	0%	-	-	770.159	1.536.930
A	0,5%	277	3.697	55.442	741.211
B	1%	17.957	2.370	1.795.870	236.983
C	3%	961	-	32.009	-
E	30%	21.809	98.806	72.695	329.354
Total		41.004	104.873	2.726.175	2.844.478

c) Vencimento

Vencimento	2018	2017
A vencer até 90 dias	816.523	1.273.004
A vencer de 91 a 360	1.614.052	1.256.477
A vencer acima de 360	295.600	314.997
Total	2.726.175	2.844.478

d) Movimentação da provisão

Provisão	2018	2017
Saldo Inicial	161.447	101.406
Constituição	57.077	3.467
Reversão	(177.520)	-
Saldo final	41.004	104.873

Em 30 de junho de 2018 existem operações renegociadas no montante de R\$ 72.695 (R\$ 254.118 em 2017).

Em 26 de fevereiro de 2018, foi celebrado contrato de cessão de operações de cédulas de crédito bancário em atraso no montante de R\$ 254.119. A cessão em sua totalidade foi realizada com parte não relacionada a Filial pelo montante de R\$ 138.812, cuja liquidação financeira ocorreu na data de 2 de março de 2018, gerando um resultado negativo de R\$ 115.307, apresentado nas Demonstrações do Resultado em "Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros".

9. Carteira de câmbio

Carteira de câmbio	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
ATIVO				
Câmbio comprado a liquidar	7.022.502	179.115	5.538.385	116.831
Adiantamentos em moeda estrangeira	-	-	(10.590)	-
Direitos sobre venda de câmbio	3.630.986	146.043	3.201.985	108.796
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	36.841	-	34.350	-
TOTAL	10.690.329	325.158	8.764.130	225.627
PASSIVO				
Câmbio vendido a liquidar	3.825.918	176.935	3.290.142	119.165
Obrigações por compra de câmbio	6.568.385	146.043	5.376.525	108.797
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(2.079.776)	-	(2.092.025)	-
TOTAL	8.314.527	322.978	6.574.642	227.962

10. Outros créditos - diversos

Créditos diversos	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 18)	33.416	49.964	34.426	34.753
Impostos a compensar	6.806	17.338	16.213	8.676
Depósitos judiciais (Nota 15.d)	-	185.787	-	167.305
Adiantamentos a funcionários e terceiros	1.520	36	1.004	87
Devedores diversos país	4.766	-	4.761	797
TOTAL	46.508	253.125	56.404	211.618

11. Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e captações	2018				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósito a vista	319	-	-	-	319
Depósito interfinanceiros	-	139.011	-	-	139.011
Depósito a prazo	-	470.695	991.209	558.474	2.020.378
Total por faixas de vencimento em 2018	319	609.706	991.209	558.474	2.159.708
Total por faixas de vencimento em 2017	1.375	203.788	992.846	44.045	1.242.054

12. Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 735.940 (US\$ 734.152 em 2017) que representa R\$ 2.837.196 (R\$ 2.428.281 em 2017), a taxa de juros de até 8,4% ao ano e vencimentos até janeiro de 2020, e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 387.678 (US\$ 20.136 em 2017) que representa R\$ 1.494.578 (R\$ 66.601 em 2017) com vencimentos até dezembro de 2018.

13. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	6.226	-	15.224	-
Imposto de renda e contribuição social	3.314	-	14.588	-
Impostos e contribuições diferidos	918	929	772	-
TOTAL	10.458	929	30.584	-

14. Outras obrigações - diversas

Obrigações diversas	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisão para despesas de pessoal	7.503	1.619	6.623	1.083
Provisão para contingências (Nota 15b e c)	-	87.133	-	105.574
Provisão para perdas com avais e fianças	32.510	2.720	22.281	-
Diversos	11.353	654	8.286	2.278
TOTAL	51.366	92.126	37.190	108.935

15. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

- a) Ativos contingentes: em 30 de junho de 2018 e 2017, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.
- b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 30 de junho de 2018 e 2017, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2017	Adições	Baixas/Reversões	30/06/2018
Trabalhistas	15.291	1.067	(3.143)	13.215
Total	15.291	1.067	(3.143)	13.215

	31/12/2016	Adições	Baixas/Reversões	30/06/2017
Trabalhistas	10.964	768	(36)	11.696
Total	10.964	768	(36)	11.696

- b.1) *Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão*: a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 20.939 (R\$ 20.462 em 2017). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 11.449 (R\$ 10.434 em 2017). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 6.149 (R\$ 5.928 em 2017). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 5.927 (R\$ 5.464 em 2017). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de swap (fins de hedge), no valor de R\$ 2.620 (R\$ 2.542 em 2017). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 45.168 (R\$ 38.898 em 2017). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. ING CCT recorreu à esfera judicial, ainda pendente de julgamento.
- Execução Fiscal que tem como objeto a exigência de IRRF nas operações de Hedge do ano fiscal de 1999, no valor atualizado de R\$ 5.747 (R\$ 5.509 em 2017). O IR retido na Fonte não foi retido em virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela ING CCT.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, o Consolidado possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 25.653 (R\$ 15.907 em 2017).

- c) Obrigações legais: representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica “Provisão para Contingências” (Nota 14). As principais obrigações referem-se à processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 17.059 (R\$ 16.419 em 2017) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 23.084 (R\$ 22.018 em 2017). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.
- e) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 45.168, depósito feito em 2017, diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 24.803 (R\$ 23.660 em 2017), depósitos vinculados a Anistia R\$ 21.280 (R\$ 20.640 em 2017), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 23.883 (R\$ 22.723 em 2017), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 5.684 (R\$ 5.434 em 2017), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 5.429 (R\$ 5.073 em 2017), IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 17.145 (R\$ 16.529 em 2017), créditos de IRRF 1999 no montante de R\$ 5.747 (R\$ 5.509 em 2017), suspensão da exigibilidade da contribuição ao PIS no montante de R\$ 2.797 (R\$ 2.666 em 2017), suspensão da exigibilidade da COFINS no montante de R\$ 2.683 (R\$ 2.546 em 2017), compensação indevida de prejuízo fiscal no montante de R\$ 4.192 (R\$ 3.996 em 2017), dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 11.449 (R\$ 10.698 em 2017) e PIS (08 a 12/2004) - glosa de perdas em operações com derivativos consideradas pela RFB “sem finalidade de hedge”, no montante de R\$ 2.973 (R\$ 2.769 em 2017). O saldo remanescente de R\$ 12.554 (R\$ 12.153 em 2017) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

16. Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2018			2017		
	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Ativo	Passivo	Receita (despesa)
Operações de crédito	2.335.620	-	56.338	2.431.524	-	39.150
Empréstimos do exterior	-	2.332.379	(49.024)	-	2.428.281	(35.907)

O Resultado líquido das operações vinculadas é de R\$ 7.314 (R\$ 3.243 em 2017).

Não há operações ativas vinculadas em situação de inadimplência ou questionamento judicial, nem sobre os recursos entregues ou colocados à disposição nessas operações.

17. Patrimônio líquido

O capital social do Grupo corresponde a R\$ 627.602, referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas em atos societários pertinentes.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 21 de dezembro de 2017, foi aprovado aumento do capital da ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. no valor de R\$ 16.470, homologado pelo Banco Central em 16 de abril de 2018. Adicionalmente, conforme Deliberação de 11 de janeiro de 2018, houve aprovação de aumento de capital no ING Bank N.V. no valor de R\$ 107.768 homologado pelo Banco Central em 29 de março de 2018.

18. Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 83.380 (R\$ 69.107 em 2017).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2018 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos	31/12/2017	Adições	Baixas	30/06/2018
Outras provisões temporárias	90.853	36.600	(83.436)	44.017
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	182.496	(143.133)	39.363
Total	90.853	219.096	(226.569)	83.380

Créditos tributários diferidos	31/12/2016	Adições	Baixas	30/06/2017
Outras provisões temporárias	67.044	18.462	(16.399)	69.107
Total	67.044	18.462	(16.399)	69.107

O saldo de provisões temporárias passivas é de R\$ 918 (R\$ 772 em 2017).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 30 de junho de 2018, está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário	2018
Ano-calendário 2018	33.416
Ano-calendário 2019	15.979
Ano-calendário 2020	15.979
Ano-calendário 2021	15.635
Ano-calendário 2022	2.371
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>83.380</u>

Em 30 de junho de 2018, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 73.940 (R\$ 62.720 em 2017), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos períodos.

I.R. e C.S. - CONSOLIDADO PRUDENCIAL	2018		2017	
Apuração de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	18.408	18.408	49.041	49.041
(-) JCP	-	-	(1.035)	(1.035)
(-) Participações nos resultados	-	-	-	-
Resultado antes dos impostos ajustado	<u>18.408</u>	<u>18.408</u>	<u>48.006</u>	<u>48.006</u>
Adições ou exclusões temporárias	<u>(109.673)</u>	<u>(109.673)</u>	<u>7.004</u>	<u>7.004</u>
Ajuste contábil referente futuros	6.203	6.203	(1.325)	(1.325)
Ajuste MTM Swap e títulos públicos	1.888	1.888	11.282	11.282
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(106.824)	(106.824)	4.120	4.120
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	(4.684)	(4.684)	(2.042)	(2.042)
Provisão para gratificações	(7.679)	(7.679)	(5.884)	(5.884)
Outras adições e exclusões diversas	1.423	1.423	853	853
Adições ou exclusões permanentes	251	251	31	31
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	-
Base tributável	<u>7.392</u>	<u>7.392</u>	<u>55.041</u>	<u>55.041</u>
IR (alíquota 15%) e CS (Alíquota 20%)	<u>(1.109)</u>	<u>(1.478)</u>	<u>(8.256)</u>	<u>(11.008)</u>
Adicional de IR (alíquota 10%)	(727)	-	(5.480)	-
Redução de imposto por incentivos	-	-	106	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<u>(1.836)</u>	<u>(1.478)</u>	<u>(13.630)</u>	<u>(11.008)</u>
Ajuste de exercícios anteriores (a)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(1.836)</u>	<u>(1.478)</u>	<u>(13.630)</u>	<u>(11.008)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	1.887	1.887	11.277	11.277
Provisões não dedutíveis temporariamente	(118.107)	(5.305)	(3.156)	(1.521)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	98.407	98.407	-	-
Provisões não dedutíveis CSLL a 15%	-	(112.222)	-	(1.635)
Outras diferenças temporárias	5.783	5.783	(1.290)	(1.290)
Base tributável diferida	<u>(12.030)</u>	<u>(11.450)</u>	<u>6.831</u>	<u>6.831</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(3.007)</u>	<u>(1.638)</u>	<u>1.660</u>	<u>1.427</u>
Ajuste de exercícios anteriores (a)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(3.007)</u>	<u>(1.638)</u>	<u>1.660</u>	<u>1.427</u>

19. Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Ativo/(passivo)	Grau de relação	2018	2017
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(319)	(1.375)
Empréstimos no exterior	Controladora	(3.959.597)	(2.093.905)
Outros créditos - câmbio	Controladora	7.741.252	-
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(7.779.882)	(6.718.368)
Receitas/(despesas)			
Resultado de câmbio	Controladora	4.043.008	55.400
Outras receitas operacionais	Outras partes relacionadas	-	10.305
Receita de Prestação de Serviços	Controladora	23.629	-
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	568.632	1.020.159

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2018 foi de R\$ 2.576 (R\$ 2.238 em 2017) de remuneração fixa, e de R\$ 2.669 (R\$ 2.582 em 2017) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a) Remuneração baseada em ações

O ING Bank N.V (Filial de São Paulo), participa de um programa global de remuneração de longo prazo “Long-Term Sustainable Performance Plan”, patrocinado pelo ING Groep N.V de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (vesting period), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No vesting date os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

O Grupo registrou despesas no valor de R\$ 343 (R\$ 53 em 2017), tendo como contrapartida a conta de “Reserva de capital”.

20. Informações adicionais

- a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 1.139.717 (R\$ 963.396 em 2017). A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN).

- b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do índice de Basileia era de 17% (28% em 2017).
- c) O Grupo patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 totalizaram R\$ 424 (R\$ 408 em 2017).
- d) Outras despesas administrativas correspondem substancialmente a despesas de processamento de dados R\$ 3.042 (R\$ 3.342 em 2017), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 1.597 (R\$ 1.078 em 2017), aluguéis R\$ 1.282 (R\$ 1.227 em 2017), serviços técnicos especializados R\$ 3.359 (R\$ 1.959 em 2017), serviços de terceiros R\$ 284 (R\$ 783 em 2017), despesas com comunicação R\$ 579 (R\$ 537 em 2017) despesa com manutenção e conservação R\$ 464 (R\$ 943 em 2017), despesas de viagem R\$ 370 (R\$ 345 em 2017) e outras despesas administrativas compostas basicamente por alocação de custos da matriz R\$ 7.067 (R\$ 3.512 em 2017).
- e) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 4.085 (R\$ 5.693 em 2017), variações monetárias ativas de créditos a compensar R\$ 552 (R\$ 463 em 2017), comissão sobre compromisso de crédito R\$ 739 (R\$ 139 em 2017) e outras rendas no valor de R\$ 1.922 (R\$ 2.595).
- f) Outras despesas operacionais correspondem basicamente às atualizações de riscos fiscais R\$ 1.443 (R\$ 2.921 em 2017), provisão para despesas com risco de crédito sobre os derivativos no montante R\$ 911 (R\$ 1.343 em 2017) e provisão para garantias prestadas no valor de R\$ 13.631 (R\$ 21.627 em 2017).